

PARA UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA DO COTIDIANO ESCOLAR¹

Jorge Luis Cammarano González²

Resumo

O escrito apresentado analisa as mediações entre prática social e cotidiano escolar, adotando como suposto o potencial analítico da ontologia do ser social, referenciado no pensador húngaro Györgi Lukács, para alargar e aprofundar o campo investigativo das relações entre formação humana, trabalho, prática social, política educacional e reprodução social no âmbito do cotidiano da Instituição Escolar.

Palavras-chave: Ontologia, Trabalho e Educação

Abstract

The study analyses the measurement between the social practice and the daily school activities, using as supposition the analytical potential of ontology of the social being, referred by the Hungarian philosopher Györgi Lukács, to widen and deepen the field of relation investigation among the human being development, work, social customs, political education and social reproduction in the everyday ambit of School Establishment.

Keywords: Ontology, Work and Education

¹ O texto em tela deriva da pesquisa: Política Educacional, Trabalho e Formação na Instituição Escolar desenvolvida com João dos Reis Silva Júnior e Wilson Sandano, vinculada à Linha de Pesquisa: "Instituição Escolar: políticas e práticas", sendo apresentado na 26^a Reunião da ANPED, no GT de Trabalho e Educação.

² Universidade de Sorocaba – Uniso - Professor do Mestrado em Educação - jorge.gonzalez@uniso.br



INTRODUÇÃO

Um amplo campo de reformas, centradas na ação do Estado, materializa na década de noventa do Século Vinte, profundas mudanças educacionais orientadas para a efetivação de políticas formativas nucleadas em processos necessários aos conteúdos postos pela mundialização do capital, e que se expressam na educação para o trabalho e para a cidadania. Essas práticas assinalam a necessidade de formação de um novo ser social por meio da incorporação de novas habilidades cognitivas efetivadas nas denominadas competências como suposto para a empregabilidade.

Cabe sumariamente destacar alguns dos aspectos relevantes que caracterizam a conjuntura brasileira nesse período: 1) a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, 2) desnacionalização da economia brasileira, 3) desindustrialização, 4) a transformação da estrutura do mercado de trabalho, 6) a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado, 7) a flexibilização das relações trabalhistas, 8) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos e partidos políticos, 9) trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência ao desaparecimento dos direitos sociais do trabalho.

Parte da problematização aqui registrada deriva desse contexto. Pois, nesse contexto, a educação constitui um complexo social predominante para a reprodução da sociabilidade posta nos limites e possibilidades históricas das relações entre Capital e Trabalho Assalariado. E sua possível compreensão, requer a nosso ver, a investigação das práticas sociais objetivadas no cotidiano escolar.

Os estudos sobre o cotidiano na Instituição Escolar têm assumido presença marcante no âmbito da Pesquisa em Educação, tanto no Brasil como no exterior. Investigar o cotidiano da Instituição Escolar requer a apropriação e problematização de múltiplas relações, mediações e categorias que expressam a razão - de - ser histórica da vida cotidiana. O acúmulo teórico criado no âmbito da sociologia da educação fortalece a suposição de que tais estudos operam um descolamento da base material específica em que se realizam os processos de reprodução social. Assim, o campo da sociologia da educação priorizaria, no meu entendimento, a dimensão escolarizada do reprodutivismo num movimento que subordina, por meio do cognitivo e da denominada violência simbólica, as práticas sociais fundantes do complexo social educação. Acrescento que um dos limites postos pelo exercício de mapeamento da produção sociológica para a educação escolar se constitui na articulação entre os eventos compreendidos no plano macroestrutural com os que se realizam no interior da instituição escolar, com raras exceções. Esse problema de ordem teórico-metodológica instiga - *ao lado da escola como locus privilegiado de pesquisa* - a busca de novas formas de abordagem dessa instituição da modernidade brasileira, isto é, a pesquisá-la no seu cotidiano, a partir de uma perspectiva crítica, com base na



materialidade das práticas sociais. Pois,

(...) sendo a educação um processo mediador entre a vida do indivíduo e a sociedade (e, portanto, a história), não nos parece possível analisar crítica e historicamente o processo pedagógico sem a mediação de uma teoria na qual a formação do indivíduo seja concebida enquanto um processo essencialmente histórico e social (Duarte, 2001, p.20).

Com base nessas observações o escrito apresentado analisa as mediações entre prática social e cotidiano escolar, adotando como suposto o potencial analítico da ontologia do ser social, referenciado no pensador húngaro Györgi Lukács, para alargar e aprofundar o campo investigativo das relações entre formação humana, trabalho, prática social, política educacional e reprodução social no âmbito do cotidiano da Instituição Escolar.

Investigar por meio do referencial lukacsiano o cotidiano escolar, implica compreender suas múltiplas práticas sociais com base nas categorias que as estruturam em determinado momento histórico. Isto impõe conhecer qual a tendência de desenvolvimento social daquelas práticas, possível quando se conhece a racionalidade econômica que orienta o movimento do complexo total. Assim, poderíamos identificar a totalidade social das esferas formativas e a sua relação com os indivíduos, o que nos forneceria pistas para o entendimento da construção da formação social do indivíduo, de sua força de trabalho, sem com isso deixarmos em segundo plano o movimento da totalidade social aqui vinculada ao cotidiano escolar. A totalidade social se expressa nas ações individuais, cotidianas; na tensão entre o indivíduo e sua genericidade posta como possibilidade histórica com base na contradição: Capital – Trabalho – Emancipação Humana. Portanto, se o complexo de relações sociais é produzido por meio das práticas individuais expressando a totalidade social, nessas práticas também se manifesta a contradição entre o ser humano e a negação social de sua condição. Assim o cotidiano nos parece o *locus* privilegiado em que essa processualidade tem a sua gênese, movimentos e desdobramentos.

Particularmente, o cotidiano escolar expressa o universo de múltiplas práticas formativas que tensionam a relação entre produção e apropriação das objetivações genéricas do ser social para-si: ciência, arte, filosofia, moral e política. E é desta perspectiva que consideramos a possibilidade de sua abordagem ontológica, caracterizando, preliminarmente, alguns aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma análise ontológica que oriente o campo investigativo do cotidiano escolar.

PARA UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA DA FORMAÇÃO DO SER SOCIAL.

Desprovido de qualquer propósito no sentido de esgotar a reflexão sobre as possibilidades teórico-metodológicas de análise ontológica do fenômeno educativo, em suas múltiplas determinações, destaco, nos limites deste escrito, um argumento que pode ser considerado básico para o adensamento da proposta de Lukács, trata-se da explicitação do fundamento ontológico de todo ser.

Para Lukács o fundamento ontológico de todo ser envolve três aspectos. O primeiro destaca a estrutura heterogênea da realidade, ou seja, a diversidade, a multiplicidade e a riqueza, inesgotável, das possibilidades historicamente postas para a investigação da realidade social. Desse primeiro aspecto, isto é, da estrutura heterogênea da realidade, derivam os outros. Um, aponta para "a ineliminabilidade última do acaso nas inter-relações entre os momentos de um complexo e entre complexos". O outro, expressa "a ineliminável relação entre fatos simplesmente dados e a racionalidade concreta de conexões determinadas" (Lukács, 1979, p.105). Desta maneira, no tensionamento entre o pôr teleológico das ações humanas (singulares e coletivas) e o acaso (casualidade), - delineados nos limites históricos das alternativas mediadas pelas relações sociais no interior de um complexo (Educação) ou entre complexos (Educação e Direito, por exemplo) -, nos deparamos, conforme Lukács, com um problema: "saber se o ser social pode ser elevado a uma conexão racional acabada, tanto em sua totalidade quanto em seus detalhes" (Lukács, 1979, p.107).

O *ponto de partida* adotado por Lukács, para responder a este desafio e reafirmar a prioridade da análise ontológica do ser social, remete-nos a Marx. Lukács avalia que:

(...) o conhecimento dialético tem em Marx, o caráter de uma aproximação; e isso porque a realidade é constituída pela infinita interação de complexos que têm relações heterogêneas em seu interior e com seu exterior, relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes freqüentemente heterogêneos, cujo número de momentos ativos pode ser infinito.

E acrescenta a seguinte observação: "essa estrutura do ser social, não implica de modo algum, na impossibilidade de conhecê-lo" (Lukács, 1979, p.108).

Mas aqui também pode parecer paradoxal iniciar a elucidação da análise ontológica postulada por Lukács, pelo conhecimento dialético. Tal iniciativa não é assumida apenas com o sentido de enfatizar o caráter aproximativo do conhecimento dialético, mas, basicamente, trata-se de destacar a constituição heterogênea da realidade. Estes aspectos buscam se afastar da formalização lógico-gnosiológica da realidade social e permitem investigar e problematizar os elementos que fundamentam a análise ontológica proposta por Lukács, assentada na seguinte tese.

(...) o homem, na medida em que é homem, é um ente social, segundo o qual, em todo ato de sua vida, reflita-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre e sem exceções realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo desenvolvimento do gênero humano (...) (Lukács, 1979, p.142).

Quais os elementos que podem ser extraídos desta afirmação, na perspectiva de discernir as especificidades ontológicas do ser social, no itinerário teórico demarcado por Lukács?

Um fato fundamental ao desenvolvimento objetivo do ser social tem sua gênese e desdobramentos históricos materializados a partir de uma categoria



central do universo teórico marxiano; refiro-me à categoria do valor.

A produção de valor em suas diferenciadas formas históricas, ou ainda, a forma historicamente específica de produção de valor com base na relação Capital, Trabalho Assalariado e propriedade privada, constituem, para Lukács: o desenvolvimento objetivo e necessário no interior do ser social cuja objetividade ontológica se mantém independentemente tanto das intenções singulares que efetivamente permitiram a sua emergência, quanto de todas as realizações humanas acerca do ocorrido. E mais: nos encontramos diante de um traço objetivamente ontológico da tendência evolutiva do ser social. (Lukács, 1979, p.82)

Desta perspectiva, o movimento ontológico objetivo do e no ser social, compõe-se pela realização das ações humanas singulares e coletivas, sendo movimento diferenciado, específico para as diversas formações, e para as diversas etapas de desenvolvimento e transição de uma formação social determinada.

Mas, como compreender a especificidade do ser social?

A especificidade do ser social circunscreve-se em sua dupla e simultânea dependência e independência em relação:

a) Aos seus produtos, que incidem, no capitalismo, para o ser social trabalhador, na dupla servidão em relação ao objeto de trabalho (condição de existência) e à aquisição de produtos necessários à sua sobrevivência. (Marx, 1989)

b) Aos processos e relações estabelecidas para a produção de valores de uso (fato fundamental): organização, racionalização, distribuição, apropriação, dos quais é agente singular e pelos quais é coagido.

No capitalismo, a substância do ser social trabalhador é formada, tensionada, posta e reproduzida no indivíduo (como singular, classe, gênero e etnia) na trama dos seguintes processos:

1) Para se manter viva a substância do ser social trabalhador **vende a sua capacidade produtiva** (força de trabalho) relação materializada no salário pago pelo capitalista. Este processo encerra formas de sobrevivência nas quais subjazem: (a) a dependência do trabalhador em relação ao capitalista e (b) a concorrência no interior da sociabilidade fundada no trabalho.

2) No desdobramento desta condição a substância do ser social trabalhador **mercadoriza-se**. Nesta perspectiva, o processo de produção capitalista reveste-se em outra condição para o trabalhador. Trata-se da mercadorização de sua capacidade produtiva e sua dependência em relação aos processos de demanda pelo capital, dessa capacidade.

No tensionamento das relações sociais de produção e da produção social das relações, a heterogeneidade ativada pela divisão do trabalho em sintonia com a produção, reprodução e ampliação do trabalho acumulado (capital)

possibilita outro aspecto incorporado à substância do ser social, trabalhador. Este reflete a heterogeneidade na multiplicidade das formações, habilidades, disposições e práticas particulares do trabalhador coletivo. Nos contornos dessas práticas sociais, deveríamos elucidar como a educação escolar incide na heterogeneização e/ou homogeneização do trabalhador coletivo e articula-se aos processos de mudanças ou transformações na capacidade produtiva da relação trabalho acumulado (capital) – trabalho.

Neste contexto, Lukács (1979) reafirma a ineliminável concomitância do homem singular e das circunstâncias sociais. Nessa processualidade o ato singular contém "em si uma série de determinações sociais gerais" e as determinações sociais gerais referenciam-se nos atos singulares. Atos singulares e determinações sociais gerais subsidiam a possível investigação do problema estrutural do ser social, considerando que "o homem (...) não pode ser separado - em última análise - de sua totalidade social concreta". (Lukács, 1979, p.81) E a totalidade social concreta tem a sua gênese no **trabalho**.

A CATEGORIA TRABALHO

Considero que um possível *ponto de partida* para a análise do trabalho na atual forma de produção da existência humana requer a recorrência às contribuições de Marx. Posto que o capitalismo apresenta-se como relações mediadas por mercadorias, ou como uma grande e intensa movimentação de pessoas e mercadorias, porém sempre por mediação dessa última, o aporte marxiano possibilita, na interpretação de Lukács, apreender o ponto de partida ontologicamente mais adequado para a investigação da formação social capitalista, isto é, a mercadoria.

O desenvolvimento da divisão do trabalho (...) conduz pela sua própria dinâmica espontânea a categorias sociais cada vez mais acentuadas. Referimo-nos à troca de mercadorias e à relação econômica de valor que com ela entre em ação, assim chegamos ao **ponto em que Marx inicia a análise da reprodução social**. E, como ele investiga acima de tudo a economia do capitalismo, isto é, de uma formação já totalmente social, (...) nela **a relação mercantil constitui o ponto de partida ontologicamente mais adequado para a exposição, do mesmo modo o é o trabalho para o nosso discurso sobre o ser social em geral**. (Lukács, 1981, p. VII-VIII, grifos meus).

No capitalismo, a mercadoria mostra-se de uma forma dupla, a forma natural e a de valor. Destaca-se, no entanto, que há nas dimensões dessa duplicidade existencial no âmbito da reprodução social da mercadoria, uma relação contraditória e de subordinação, que se torna explícita já na forma simples do valor, como assinalou Marx (1982), ao analisar os dois pólos de expressão do valor, mostrando, que ao mesmo tempo em que se equivalem, duas mercadorias distintas excluem-se. Com base nesse entendimento é possível depreender que no âmbito das relações sociais produzidas pela Economia Política; toda mercadoria somente se expressa, socialmente, sob o prisma do valor de outra



mercadoria, sob o móvel concreto de uma mercadoria diferente. Essa outra mercadoria, por sua vez, somente manifestar-se-á em outra, dela distinta. Assim, de forma sucessiva, as relações sociais operadas pela Economia Política mostram-se aos homens – seus sujeitos, porém, simultaneamente ocultam-se, pois, são em verdade relações sociais contraditórias, pela natureza que a mercadoria assume nessa forma específica de produção da vida humana: o capitalismo. Processo e mediações que Marx buscou desvendar ao “realizar o que jamais tentou fazer a economia burguesa, isto é, elucidar a gênese da forma dinheiro” Partindo da forma simples do valor, já aí identificando o segredo da relação social carregada na mercadoria, Marx, em *O Capital*, deslinda o “feitiço”, analisando a forma total, a forma geral e a forma dinheiro do valor, mostrando assim, o que chamou “o fetichismo da mercadoria: seu segredo”. Para ele:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, a relação social entre o trabalho individual dos produtores do trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. **A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como sensação subjetiva desse nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho.** Há uma relação física entre coisas físicas. Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano **parecem** dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, **no mundo das mercadorias**. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre **grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção das mercadorias** (Marx, 1982, p.81, grifos meus).

Com a economia política, portanto, o homem é afirmado como sujeito por meio de um processo contraditório, que busca historicamente lhe negar, no âmbito de suas práticas sociais, a possível compreensão e emancipação das causas objetivas de produção da realidade social e, assim, também lhe nega a possibilidade do entendimento e da transformação das causas objetivas de sua própria existência, fundada na vida cotidiana.

Há, conforme Marx em seus *Manuscritos* uma tensão real entre a constituição do indivíduo e o movimento da totalidade social, que se funda por meio do trabalho e se reproduz por meio das relações sociais, orientadas pela racionalidade da economia política. Esta racionalidade que orienta o complexo de relações sociais “tem conseqüências antagônicas ao homem”, o que implica

dizer que a tensão referida tem, de um lado, o homem que se afirma como tal, através do trabalho, e ao mesmo tempo, nega-se por ação/oposição da totalidade social, mediada pelos processos de reprodução social da economia política. Na esfera da reprodução social, segundo Marx (1989), todo indivíduo busca criar mecanismos que satisfaçam suas necessidades originadas segundo a lógica da economia política, necessidades que podem ater-se ao indivíduo, porém, que se antagonizam com o coletivo do ser social.

A racionalidade da economia política generaliza-se na realidade social por ações dos próprios indivíduos, ao mesmo tempo, que na própria ação, realiza a cisão presente nessa racionalidade, no indivíduo, na sua subjetividade. Portanto, se o complexo de relações sociais é produzido por meio das ações individuais, e nessas ações, a totalidade social se expressa, nessas ações também se manifesta, a contradição entre o ser humano e a negação social de tal condição.

Assim, na compreensão de Lukács (1979) o trabalho é, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, de refinamento das suas faculdades, processo no qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Mas, no lastro da análise lukacsiana, ainda é possível ressaltar que tudo aquilo que no trabalho e através do trabalho surge de expressamente humano constitui, precisamente, aquela esfera do humano sobre a qual direta ou indiretamente, baseiam-se todos os valores. O trabalho humano é produtor de valores; ator singular e coletivo das mudanças ocorridas no processo de trabalho socialmente necessário; instigador do desenvolvimento das faculdades humanas; expressão dos carecimentos humanos; fundamento objetivo dos processos e embates valorativos das relações sociais. Em outras palavras, o trabalho, independente das formas sociais que o produziram ou produzirem, é ineliminável e, portanto, elemento central na estrutura constitutiva do ser social.

A avaliação de Lukács sobre a categoria trabalho, no contexto das concepções de Marx, expressa o caráter central desta categoria entendida como prática social fomentadora de valores de uso cuja realização contém um significado ontológico. Em outras palavras, o processo de trabalho realiza dupla transformação:

Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, 'desenvolve as potências nela ocultas' e subordina as forças da natureza 'ao seu próprio poder'. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha 'utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade'. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis (Lukács, 1979a, p. 16).



O movimento acima elaborado, do qual se pode depreender as contradições que realizam a dinâmica da totalidade social, bem como, o processo social de formação do indivíduo, se torna mais explícito nas palavras do próprio Marx.

É precisamente na acção sobre o mundo objectivo que o homem se manifesta como verdadeiro *ser genérico*. Tal produção é a sua vida genérica activa. Através dela, a natureza surge como *sua obra* e a sua realidade. Por conseguinte, o objecto do trabalho é *objectivação da vida genérica do homem*: ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas activamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo por ele criado. Pelo que, na medida em que o trabalho alienado subtrai ao homem o objecto da sua produção, furta-lhe igualmente a sua *vida genérica*, a sua objectividade real como ser genérico (...) (Marx, 1989, p. 165-166).

Conforme Marx, a vida humana para se efetivar produziu a propriedade privada e agora precisa negá-la para reafirmar-se, desta forma, o horizonte de alternativas para as práticas sociais dos indivíduos é produzido predominantemente pela totalidade social, e traz em si a potência e contradição, da afirmação e negação da propriedade privada pela prática singular do homem. O homem produziu uma sociedade, por meio da realização da economia política, que ao mesmo tempo o afirma como sujeito, e ao incorporar, no "plano subjetivo", a lógica "objetiva e mecânica" da economia política, o nega, no contexto do trabalho, da prática social e da reprodução social.

Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objectividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, de todo modo – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais. É claro (...) que não se deve ser esquemático e exagerar este carácter paradigmático do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; mas assim mesmo, ressalvadas as diferenças, que são muito importantes, **veremos que há uma essencial afinidade ontológica e esta brota do fato de que o trabalho pode servir de modelo para compreender as outras posições sócio-teleológicas exatamente porque, quanto ao ser, ele é a forma originária** (Lukács, 1981, p. 6, grifos meus).

O trabalho de simples produtor de valor de uso nos estágios menos evoluídos da humanidade, transforma-se, no estágio atual de desenvolvimento histórico, em modelo da prática social, carregando consigo, nos processos de reprodução social a progressão contraditória do capitalismo. É, pois, segundo, Lukács, a protoforma do ser social em suas dimensões irrepitível e da totalidade social.

As considerações aqui registradas sobre a categoria trabalho; alimentam uma questão vital para a pesquisa do cotidiano escolar: as práticas formativas no âmbito da instituição escolar fomentam a possibilidade de apropriação das objectivações da vida genérica do homem para-si? Dito de outra maneira, a

ciência, a arte, a filosofia, a moral e a política são produzidas e mediadas por práticas formativas que objetivam remover radicalmente os processos de alienação e exploração da razão de ser histórica da formação social capitalista?

Como abordar, então, com base nessas observações, a educação no âmbito do cotidiano escolar?

A ABORDAGEM ONTOLÓGICA DA EDUCAÇÃO

Abordar o complexo social educação desde uma perspectiva ontológica requer compreender o que é prioridade para a análise de um complexo social.

Quando observamos o nascimento do gênero humano já não mais mudo, encontramos (...) diante do mesmo problema que indicamos ao constatar ao desenvolvimento das faculdades humanas e de suas contradições (alienação, etc.). a linha de fundo da tendência econômica principal - uma linha sujeita a leis - realiza-se continuamente através de formas que não só revelam uma desigualdade do desenvolvimento contraditórios, não só se apresentam em termos inerentemente contraditórios, mas estão inclusive em contradição direta com as conseqüências objetivas que determinam o desenvolvimento de fundo sujeito a leis. Essa contraditoriedade só pode ser adequadamente captada numa exposição ontológica da totalidade do desenvolvimento social, de toda a sua dinâmica e legalidade. Aqui, tendo de nos limitar a um aspecto - ainda que central - da ontologia do ser social, à **prioridade ontológica da esfera econômica**, podemos antecipar - com relação ao que de mais concreto diremos em seguida - apenas indicações muito gerais, extremamente abstratas, sobre a verdadeira conexão no interior da totalidade social. Dissemos que toda sociedade deve ser concebida como um complexo; vemos agora que ela é composta, por sua vez, por uma intrincadíssima rede de complexos heterogêneos que, por isso, agem de modo heterogêneo um sobre o outro (Lukács, 1979, p.150, grifos meus).

A concepção lukacsiana de sociedade como complexo de complexos, remete aos grupos humanos e aos homens singulares como base da formação, mediação e diferenciação das formações sociais e do tensionamento das alternativas fundadas no processo de trabalho. Mas as preocupações teóricas de Lukács, transitam na direção de apontar e criticar a dupla deformação advinda das análises da prioridade ontológica da esfera econômica.

Um dos componentes dessa deformação recai, conforme Lukács, na naturalização da realidade econômica que emerge como processo, sujeito a leis universais privadas da presença da ação consciente dos homens. O outro componente incide em dotar a suposta logicidade (legalidade) da esfera econômica de um mecanismo fatal que a tudo subordina e a todos determina.

Lukács (1979) endereça suas críticas às dicotomias filosóficas que se degladiam entre um ser determinado segundo leis, e, portanto, privado de consciência e uma consciência, essencialmente cognitiva, privada de ser. É considera que em uma sociedade de classes, as relações entre os complexos sociais são mediadas e há uma intensa complexificação social. Dessa maneira, marca presença a tendência à generalização, por perder-se de vista qual é o elemento fundante. No capitalismo o elemento fundante é a esfera econômica.

A esse respeito escreve Lukács.

Aquilo que nos interessa realçar é (...) que em todos os tipos de transformações forçadas da estrutura social, quer seja gradual ou explosiva, aberta ou dissimulada, **o papel decisivo compete ao problema: o que fazer desta mais-valia.** (...) Mas esta "mesmidade" é simultaneamente uma única mudança, uma ininterrupta transformação. De fato, o desenvolvimento econômico produz, continuamente, novas formas de mais-valia, novas formas de apropriação (e garantias jurídicas), novas formas de distribuição entre os grupos e estratos que dela se apropriam. Aquilo que neste desenvolvimento desigual e contraditório se conserva como substância na perene mudança, se reduz ao fato da apropriação e – dado o crescimento das forças produtivas – à crescente quantidade e qualidade daquilo que é apropriado. (...) Nisto e só nisto, se exprime o caráter do ser econômico, da **atividade econômica, enquanto momento predominante frente a todos os outros complexos sociais.** Com isto, todavia, não desaparece aquela autonomia, aquela especificidade dos vários complexos sociais que anteriormente elucidamos. (Lukács, 1981, p. CXXXVI-CXXXII, grifos meus)

E considero importante ressaltar a recorrência de Lukács a Engels: (...) segundo a concepção materialista de história, **o fator que em última instância é determinante na história é a produção e a reprodução da vida real.** Mais não foi afirmado, nem por Marx nem por mim. Se agora alguém deforma as coisas, afirmando que o fator econômico seria o *único* fator determinante, transforma aquela proposição numa frase vazia, abstrata, absurda (Engels apud Lukács, 1979, p.154, grifos meus).

Lukács enfatiza a predominância da totalidade sobre os demais complexos sociais de sorte que a racionalidade do movimento do complexo total será a mesma para os demais complexos nas suas respectivas especificidades e realça que tal racionalidade reside no desenvolvimento das forças produtivas e no processo econômico. Como aprofundar esse suposto, quando analisamos o complexo social educação?

Entendida em seu significado mais amplo, a educação busca constituir o sujeito para o momento histórico em curso, num processo com base na contradição ontológica da formação do homem como observado anteriormente, quando assinalamos a análise da mercadoria desenvolvida por Marx e adensada por Lukács.

O caráter contraditoriamente humanizador e alienador com que a objetivação do ser do homem se realiza no interior das relações sociais de dominação, tem implicações importantes no que diz respeito à formação da individualidade. Por um lado a formação do indivíduo enquanto um ser humano não pode se realizar sem a apropriação das objetivações produzidas ao longo da história social, mas por outro lado, essa apropriação também é a forma pela qual se reproduz a alienação decorrente das relações sociais de dominação (Duarte, 2001, p.24).

Portanto, se o complexo de relações sociais é produzido por meio de práticas individuais, e nelas, a totalidade social se expressa, nessas práticas



também se manifesta a contradição entre o ser humano e a negação social de tal condição. Considero que uma possível resposta ao aporte propiciado por uma abordagem ontológica da educação requer um suposto que contribuiria para pôr em debate o que se tem proposto para a educação nos seus mais diversos matizes e para a ampliação do entendimento que se tem das complexas relações entre trabalho e educação escolar com suas derivações nos processos de produção/apropriação de conhecimento, de institucionalização das práticas formativas e de intervenção no âmbito do cotidiano escolar. Avalio que as reformas educacionais em curso, promovem a redução do indivíduo às habilidades cognitivas de sua consciência e a supostas competências que articulam suas possíveis condições de adaptação à mercantilização da vida nos limites da educação para o trabalho (Capital) e para a cidadania.

O referido suposto incorpora duas dimensões. Uma procura alertar para a impossibilidade da ontologia somente no plano da consciência, insistindo na impossibilidade da **existência** tão somente no plano **gnosiológico**. Em outros termos, no âmbito das concepções lukascianas, a existência somente tem sentido na sua relação com a objetividade, e, essa, por sua vez, cada vez mais, por meio do trabalho e da prática humanos, torna-se uma objetividade. Nesse processo histórico o homem distancia-se da natureza, sem jamais poder suprimi-la. Do que se depreende, segundo Lukács, a impossibilidade do ser reduzido à consciência, ou, de uma ontologia resultante da unilateralidade abstrata, formal do trabalho filosófico, ou circunscrita a uma práxis teórica, no lastro de diversas concepções de ensino-aprendizagem, por exemplo. Para esse Autor, o trabalho e a prática social, na sua relação direta ou indireta com a natureza e a sociedade, são as únicas referências para uma ontologia do ser social em sua dimensão singular ou no âmbito da genericidade da espécie humana. Por outro lado, a existência do ser social jamais poderia completar-se sem a apreensão dos meios para a realização dos fins, o que implica afirmar a importância dos processos reflexivos e gnosiológicos, ainda que tais processos tenham como referência as formas de existência objetivas sociais ou naturais.

A outra dimensão sustenta-se no entendimento de que no ser humano, ainda que o biológico seja fundante e a dimensão social predominante, o social se volta sobre ele e o modifica. Por essa razão, o predominante na análise de um complexo social é o desenvolvimento contraditório da sociabilidade, sua tendência historicamente produzida. Assim, é preciso investigar a materialidade do processo de socialização, é necessário desvelar a *dynamis* do movimento social. Se tal busca reduzir-se somente às esferas sociais em si, sem relação com o complexo total, traduzir-se-á em uma análise que somente articula possíveis categorias de maneira lógica, sem apreender a racionalidade da totalidade social, que se encontra no seu momento predominante: a reprodução material da vida humana.

Uma aproximação preliminar às reflexões de Lukács em relação à categoria reprodução permite depreender que:



(...) a reprodução é a categoria determinante para o ser em geral: ser significa, em sentido estrito, se reproduzir. Do ponto de vista biológico os traços fundamentais e elementares da vida são nascer, viver e morrer, ao quais não têm analogia no ser inorgânico, mas são conseqüências diretas deste fato ontológico basilar. Ora, já que o ser social possui como sua própria base insuprimível o homem enquanto ser vivo, é manifesto que esta forma de reprodução também constitui um momento, igualmente insuprimível, da reprodução social. Mas só um momento, já que pela combinação da atividade social dos homens na reprodução da própria vida, que constitui sempre o fundamento de ser de todas as suas formas de cooperação, nascem categorias e relações categoriais completamente novas, qualitativamente diversas que (...) modificam também a reprodução biológica da vida humana (Lukács, 1981, p.XIV, grifos meus).

Na abordagem de Lukács, o complexo movimento contraditório da totalidade social, em uma sociedade de classes, revela que tal movimento contrapõe tempo de trabalho social com tempo livre – a economia de tempo. Isto é, a possibilidade concreta de realização plena da condição humana por meio de uma diferente organização social, cuja racionalidade não negue a humanidade. No entanto, a racionalidade do movimento da totalidade social centra-se no movimento de mercadorias, produzindo relações sociais com base no trabalho social, quantitativo e abstrato. Do que se pode depreender a contradição da formação do indivíduo numa sociedade de classe por meio do *trabalho em sentido mais lato* e de sua prática social. E isto considerando que na Economia Política, as forças objetivas, mecânicas, externas ao ser humano, historicamente produzidas, são internalizadas, transpostas ao plano subjetivo, ao âmbito da consciência humana, como algo que lhe seja próprio, por meio da força da indústria moderna. Uma nova forma de ser, de pensar, de ver a vida, são produzidas socialmente com a economia política. Um novo ser social é historicamente produzido. Vale fixar, porém, que este trabalho, que se torna a essência subjetiva da propriedade privada, subsume o trabalho concreto mediador das relações entre o homem e a natureza. E também vale destacar que as categorias, trabalho e práxis social são indissociáveis na ação cotidiana de realização do ser e da totalidade social.

Ao mobilizar suas necessidades e interesses, materializando-os por meio do trabalho, o homem deve escolher entre muitas alternativas postas pela totalidade social, algumas que se voltam para a genericidade humana – o homem para si –, outras que se voltam para a individualidade, o homem em si, para o egoísmo. *A alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade se torna veículo da criação de um existente.* (Lukács, 1981, p. 31)

Dito de outra forma, entre o horizonte de possibilidades, posto pela natureza ou pela objetividade social e a realização da finalidade posta pela posição teleológica no trabalho, a alternativa é a categoria mediadora produzida pela consciência, porém repleta da materialidade da totalidade social. Do exposto

acima sobre a anatomia do trabalho humano, segundo Lukács, pode-se afirmar que quanto mais for reiterativa a realização da finalidade por meio do trabalho, da prática social e dos atos reflexivos, mais se torna social o sujeito. De outro lado, mais social se torna a realidade sobre a qual o homem atua. Quanto mais se consolidam os heterogêneos "ser e ser na consciência" por meio do trabalho e da prática social, maior a sociabilidade, e maior o distanciamento das esferas de existência anteriores à social. Quanto mais precisa a busca dos meios, maior a complexidade dos atos reflexivos no plano da consciência, e mais o homem afasta-se do homem movido somente pelos seus próprios instintos, mais social se torna.

Esse distanciamento [possível dado a diferença entre o ser e o ser na consciência] tem como outra importante conseqüência o fato de que o trabalhador é obrigado a dominar conscientemente os seus afetos. Num determinado momento ele pode sentir-se cansado, mas se uma interrupção for nociva para o trabalho ele continuará; na caça, por exemplo, pode ser tomado pelo medo, no entanto permanecerá no seu posto e aceitará lutar com animais fortes e perigosos; etc (É preciso repetir que estamos falando do trabalho enquanto produtor de valores de uso, que é sua forma inicial. Só nas sociedades mais complexas, de classes, essa conduta originária se entrecruza com outros motivos, surgidos do ser social, como por exemplo a sabotagem no trabalho. No entanto, também neste caso permanece, como pano de fundo, o domínio do consciente sobre o instinto). É evidente que, deste modo, entram na vida humana tipos de comportamentos que se tornam decisivos para o ser-homem do homem. É reconhecido universalmente que o domínio do homem sobre os próprios instintos, afetos, etc., constitui o problema fundamental de qualquer disposição moral, desde os costumes e tradições até as formas mais elevadas da ética. (...) O homem foi definido como animal que constrói seus próprios utensílios. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo. Esse também é um momento do salto [ontológico] (...), da saída do homem da existência puramente animalesca. (Lukács, 1981, p. 40)

A categoria alternativa, produzida na consciência, realiza a mediação entre a finalidade posta, o dever ser, e o horizonte de possibilidades pertinente à totalidade social. No entanto, há que se discutir, ainda, a relação indissociável entre o dever ser e o valor, bem como a natureza do valor. O dever ser acompanha, por meio da prática social mediada pela consciência, toda a cadeia causal do processo de trabalho – a objetivação –, para garantir a realização da posição teleológica. Já o valor, ainda que posto na gênese da categoria alternativa, procura indicar a posição de utilidade social do resultado do trabalho. Sendo, portanto, de natureza objetiva e social, o valor permanece nas relações entre a objetividade e a subjetividade. Importa, aqui, destacar, não só sua natureza objetiva social, mas também sua função social quanto à utilidade da realização da finalidade do trabalho, e, por isso, a indissociabilidade entre o valor e o dever ser. A escolha de uma alternativa dentre várias existentes na natureza ou na objetividade social impõe ao homem um juízo de valor. Nos primeiros estágios,



os valores estão ligados à utilidade do objeto produzido, em estágios mais avançados há uma complexificação das possibilidades, que implica uma complexificação da base valorativa, que se apresentará como a ideologia. Em sociedade de classes, sempre segundo o pensador húngaro, a ideologia além de dar sentido à práxis social, também opera politicamente, dando o sentido da organização social determinada às práxis individuais.

A relação, necessidade social - valores, demanda compreender que "a necessidade social que põe valores é, com igual necessidade ontológica, ao mesmo tempo pressuposto e resultado do caráter alternativo dos atos sociais dos homens" (Lukács, 1979, p.156). Assim, a alternativa, contém as possibilidades de criar, incorporar, universalizar e preservar valores, assim como a possibilidade de negar, rejeitar, particularizar, e criar outros valores. Por meio do trabalho, o homem, ainda que em uma totalidade social estruturada pela economia política, tem a liberdade da escolha, o que lhe possibilita a produção de valores, de uma cultura, quando ele pode afirmar-se como tal – trata-se da possibilidade da **liberdade** posta, mediada e efetivada pelo trabalho [e a prática social], mesmo que em mundo organizado conforme relações fantasmagóricas colocadas em movimento pela mercadoria. Tais contradições produzidas pelo trabalho no capitalismo constituem-se na possibilidade material de realização e produção social do ser humano, ou em outros termos, constituem-se na ontologia do ser social por meio do trabalho, ainda que as condições sociais de reprodução jamais possam ser novamente reduzidas ao seu momento fundante: o trabalho humano. Nesta perspectiva de abordagem, o momento de escolha da alternativa é um momento de liberdade humana em meio a um reino reificado de necessidades, como na sociedade de classes. Para Lukács, necessidade e liberdade constituem um binômio indissociável em qualquer momento da história da humanidade. Trata-se, por outro, lado de um concreto presente em qualquer prática social ou no dizer do filósofo, presente em qualquer *trabalho em seu sentido mais lato*. Os valores essencialmente humanos, com origem em determinada posição teleológica, são sociais e não *mudos*, na expressão de Lukács. Podemos derivar desta afirmação, dois argumentos elaborados pelo referido Autor, com o propósito de caracterizar o processo teleológico como especificamente humano (individual / social). Esses elementos são:

- a) Os produtos do pôr teleológico surgem de modo causal. E isto porque sua produção requer a apropriação da causalidade externa (natural) posta e dos carecimentos (necessidades) que tensionam a efetivação da prévia-ideação em objetivação. E aqui a educação escolar como prática social de apropriação das objetivações genéricas do homem possui uma dimensão histórico-crítica fundamental para a mediação, reflexão e transformação social com base na vida cotidiana.
- b) Os produtos do pôr teleológico operam de modo causal porque eles se movem tensionados pelas formas de organização social, racionalização, conhecimentos, experiências, conflitos, antagonismos, inerentes às ações humanas.

A gênese teleológica dos produtos parece desaparecer no ato de sua efetivação, o que, supostamente, alimenta a noção de uma existência natural, dada, esvaziada e/ou dissociada das forças e energias sociais, presentes em sua produção (Lukács, 1979, p.81).

Entretanto, se considerar a forma generalizada de teleologia, explicitada por Lukács, ainda enfrentaria a seguinte indagação: como se apresentam - no plano das dimensões ontológicas do ser social -; os produtos do pôr teleológico?

No entender de Lukács, os produtos do pôr teleológico apresentam-se com o caráter de um processo puramente social: a alternativa. Essa contém sempre a possibilidade indissociada de um duplo movimento: do sujeito que modifica as circunstâncias sociais (totalidade social) e da totalidade social passível de modificar as circunstâncias singulares, do sujeito. Recordo que o fato objetivo onde se origina e desdobra-se o pôr teleológico com seu caráter de alternativa é constituído na e pela produção de valores. E resgato a tese de Marx sobre Feuerbach, em que o pensador alemão afirma que o educador precisa ser educado, para indagar: a partir de quais alternativas? Pois, face à dimensão ontológica de tais valores emergentes das contradições imanentes aos processos de sociabilização, eles carregam consigo a polêmica da superação das contradições, que se expressam, por exemplo, entre valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e trabalho social, alienação e humanização.

Avalio que tais reflexões, ainda que tímidas e em fase inicial, poderão fornecer elementos para ampliar o campo investigativo da formação humana na direção de *situá-la* como mediadora das esferas do trabalho e da educação escolar, bem como trazer elementos teóricos para melhor entendimento dos processos de individualização e socialização dos trabalhadores. E, sobretudo, contribuir para novas abordagens de pesquisa empírica sobre o tema da qualificação profissional e da formação humana no âmbito do cotidiano escolar.

Referências Bibliográficas

- DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, 3^a ed.
- LUKÁCS, Gyorgi. **Ontologia do ser social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, György. A Reprodução. In: **Per una ontologia dell'essere sociale**. Roma: Reuniti, 1981, Tradução de Sérgio Lessa, Unicamp, S.P.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.